

**Parecer / COLICIT nº 04/2022**

**Assunto: Parecer da Coordenadoria de Licitações sobre o recurso interposto pela empresa PARANÁ LIMP SERVIÇOS TERCEIRIZADOS EIRELI**

## **I. DA MOTIVAÇÃO**

**PARANÁ LIMP SERVIÇOS TERCEIRIZADOS EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o nº. 06.059.231/0001-57, vem por meio de seu representante legal expor razões de seu recurso para rejeição da proposta vencedora e consequente desclassificação e exclusão do certame da empresa PRIME CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI.

## **II. DA SÍNTESE DA ALEGAÇÃO DA RECORRENTE:**

A recorrente argumenta conforme síntese:

...

Na situação concreta, a parte recorrente manifestou intenção de recorrer em relação à decisão da autoridade que entendeu por vitoriosa a proposta da empresa PRIME CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI, mesmo com os vícios em sua habilitação apresentada e em sua composição de custos, fato que, em tese, deveria implicar a imediata desclassificação da referida empresa, com a consequente exclusão do próprio certame, o que desde logo se requer.

Logo de início, importante dizer que a nova Lei de Licitações, Lei 14.133 de 01 de abril de 2021, aplica-se plenamente ao caso concreto, especialmente porque o artigo 189 da referida deixa explícita a aplicabilidade nas hipóteses em que se faça referência ao regramento anterior da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993. Assim, sob as luzes da nova legislação é que devem ser avaliados os pontos subsequentes.

E, sobre a nova legislação, consolidou o artigo 5º uma ampla gama de princípios, alguns de origem constitucional (art. 37/CF) e todos há muito presentes no campo administrativo, especialmente quando dispõe que devem ser observados os "princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público. Da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável", aplicando-se, ainda, as disposições da Lei de Introdução ainda, as disposições da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.

...

Pelo exposto, a parte recorrente passa a pormenorizar os equívocos na proposta lançada pela empresa vencedora, solicitando, ao final, a rejeição da mesma, com a desclassificação e exclusão do procedimento, pelos seguintes fatos e fundamentos jurídicos:

### **DOS FATOS**

No caso da proposta vencedora houve violação norma legal vigente quanto ao procedimento dos Pregões, citamos o Decreto 10.024/2019, que em seu artigo 5º

estabelece "5.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação", bem como a IN nº 05/2017 ao tocante a composição de custos.

Em afronta a legislação, a recorrida não apresentou na sua totalidade a documentação de habilitação em momento oportuno, ou seja, no momento de cadastramento de sua proposta. Tal infração, dentro do processo legal dos certames licitatórios, teria como consequência imediata a sua desclassificação.

Em análise pormenorizada no arquivo anexado ao sistema, pode-se verificar o não atendimento do item 9.10.5.3.1 do Instrumento Convocatório "a declaração de que trata o item acima deverá estar acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) relativa ao último exercício social,". (GRIFO NOSSO)

...

Na esteira do que foi demonstrado, motivos não faltam para a desclassificação da proposta da empresa Recorrida. Não foi somente o Edital que o Recorrida desrespeitou, mas também a lei 8666/93, senão vejamos:

"ART.43 – A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos: IV – verificação da conformidade de cada proposta com os requisitos do edital e, conforme o caso, com preços correntes nos mercados ou fixados pelo órgão oficial competente, ou ainda com os constantes do sistema de registro de preços, os quais deverão ser devidamente registrados na ata de julgamento, promovendo –se a desclassificação das propostas desconformes ou incompatíveis"

Preceitua ainda;

"ART. 48 – Serão desclassificadas":

I – as propostas que não atendam às exigências do ato convocatório da licitação:

...

Ainda, o Art. 44, da Lei Federal nº 8.666/93, assim estabelece, "In Verbis"

Art. 44. No julgamento das propostas, a Comissão levará em consideração os critérios objetivos definidos no edital ou convite, os quais não devem contrariar as normas e princípios estabelecidos por esta lei.

§ 1º. É VEDADA A UTILIZAÇÃO DE QUALQUER ELEMENTO, CRITÉRIO OU FATOR SIGILOSO, SECRETO, SUBJETIVO OU RESERVADO QUE POSSA AINDA QUE INDIRETAMENTE ELIDIR O PRINCÍPIO DA IGUALDADE ENTRE OS LICITANTES.

...

Daí se conclui que a eventual não desclassificação da proposta de RECORRIDA afrontaria a Constituição Federal a Lei de Licitações ( art. 3º. 43 e 45), o Edital, além dos princípios atinentes ao instituto da licitação.

Pelo exposto, considerando a falta de apresentação dos documentos de habilitação em momento oportuno e, sendo patente a mácula à Lei de Licitações e a o próprio Edital, requer seja rejeitada a proposta e desclassificada a empresa vencedora, nos termos da fundamentação.

(...)

**CONCLUSÃO**

Forte em toda a exposição, requer sejam recebidas as razões recursais, provendo-se o recurso para o fim especial de rejeitar a proposta tal como apresentada, com a consequente desclassificação e exclusão do certame da empresa PRIME CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI, especialmente pelo vício quanto a não apresentação dos documentos de habilitação anterior a sessão pública do certame, em conformidade com fundamentos acima expostos.

Por ser medida de justiça e direito, no caso de não aceitação, que a presente peça seja encaminhada a autoridade competente para conhecimento e análise do mérito.

São os termos em que pede deferimento.

### **III. DA CONTRARRAZÃO**

A empresa PRIME CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 04.365.758/0001-84, situada a rua XV de novembro 380 sala 402 bairro beira rio, Imperatriz-MA, vem respeitosamente apresentar contrarrazões ao recurso administrativo apresentado pela empresa PARANÁ LIMP SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA, pelos fatos e fundamentos a seguir.

Conforme síntese abaixo, alega a recorrida que:

(...)

#### **MÉRITO**

A recorrente não merece prosperar de acordo como demonstraremos abaixo:

DE ACORDO COM O ITEM DO EDITAL 28/2022

9.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômico-financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº03, de 2018.

Pois observando este item do edital e de todas os pregões eletrônicos, é sabido que os documentos de habilitação estão registrados no SICAF e são consultados pelo pregoeiro, não necessitando a recorrida ter que apresentar novamente a documentação registrada no SICAF, pois assim não se teria a importância devida do SICAF. Tanto a DRE quanto os outros documentos estão disponíveis no SICAF para análise do pregoeiro.

#### **DO PEDIDO**

Pedimos a manutenção de nossa empresa como vencedora do certame e a homologação do referido processo.

### **IV. DA ANÁLISE DO PREGOEIRO**

A Lei 8.666/93, traz em seu artigo 34 que os órgãos e entidades da Administração Pública que realizem frequentemente licitações manterão registros cadastrais para efeito de habilitação, na forma regulamentar, válidos por, no máximo, um ano.

Nesse sentido, foi editado o Decreto nº 3.722/01, que atribuiu ao Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão a competência para adoção das medidas necessárias, e esse último expediu a IN nº 2/10, "que prevê que o registro regular no SICAF supre as exigências dos incisos I e II do art. 31, da Lei nº 8.666/93, como também admitindo que a regularidade fiscal e trabalhista, a qualificação econômico-financeira e a habilitação jurídica poderão ser comprovadas, por meio de cadastro no SICAF, na fase de habilitação.

O próprio Edital referente ao Pregão Eletrônico 28/2022 em seu item 5.3 diz:

*Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.*

Assim, considerando os posicionamentos enviados por ambos, recorrente e recorrida, e entendendo que as alegações são de cunho legal e específicas aos itens constantes no Edital, entendo como improcedente as alegações da recorrente.

## **V. CONCLUSÃO**

Dado o exposto, julgo **IMPROCEDENTE** a motiva recursal da empresa **PARANÁ LIMP SERVIÇOS TERCEIRIZADOS EIRELI**, pois as alegações levantadas pela recorrente não violam a Lei tanto quanto nenhum princípio da Administração Pública conforme alegado, visto que a licitante vencedora seguiu o vínculo estabelecido em Edital em conformidade com a norma vigente.

Pelotas, 3 de agosto de 2022

Renan Conceição Goulart  
Pregoeiro  
Coordenadoria de Licitações  
Instituto Federal Sul-rio-grandense